

**ATA NÚMERO SEIS**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO  
DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DO ANO  
DOIS MIL E DOZE \_\_\_\_\_

----Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; \_\_\_\_\_
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 219/2012/CM, referente à Determinação da Taxa de Derrama; \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 220/2012/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 221/2012/CM, referente à Avaliação do Ativo Imobilizado do Município de Tavira; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 226/2012/CM, referente à E35/10/CP – Parque Verde do Rio Séqua – Relatório final e repartição de encargos; \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 227/2012/CM, referente à Atualização da Tabela de Taxas, Mapa de Pessoal e Grandes Opções do Plano e Orçamento; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 228/2012/CM, referente à Assunção de Compromissos Plurianuais – Final de 2012; \_\_\_\_\_
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 231/2012/CM, referente às Despesas de Representação – Pessoal dirigente; \_\_\_\_\_
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 232/2012/CM, referente ao Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau; \_\_\_\_\_
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 235/2012/CM, referente à Casa do Algarve – Revogação da adesão; \_\_\_\_\_
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 237/2012/CM, referente ao Novo Plano de Liquidação dos Pagamentos em atraso. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Ótilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e

uma horas e nove minutos. \_\_\_\_\_

----Por o Segundo Secretário ter solicitado substituição, o Presidente da Assembleia convidou a Membro Mónica Camacho para integrar a mesa da Assembleia. \_\_\_\_\_

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Dulce Cláudia Paixão Bernardo, Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipa Alexandra Costa Lourenço, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, José Alberto Godinho Correia, José Flaviano da Cruz Palma, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Ótilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Paulo Marques, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Mário Jorge Damião Ruas, Mónica Alexandra de Miranda Ferreira Camacho, Nuno André Dias Rosa Viana, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

----Os membros Ana Celina Caetano Dias, Jaime Luís Fernandes Costa e Fernando Augusto Pereira solicitaram a substituição tendo sido substituídos pelos membros Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação substituído por Aurélio de Jesus Domingos Cavaco, substituído por Marcelino António Justo Teixeira; Rui Manuel Pereira António; e Eliana Petra Estevão do Carmo Queiroz substituída por José Flaviano da Cruz Palma, respetivamente. \_\_\_\_\_

----O Segundo Secretário Jean-Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição, tendo sido substituído pela Membro Mónica Alexandra de Miranda Ferreira Camacho. \_\_\_\_\_

----Os membros Muriel Cristina Dias e Pedro Manuel do Nascimento foram substituídos pelos membros Ana Paula Nobre Galhardo substituída por Miguel Jorge de Lucas Teixeira substituído por Luís Paulo Marques; e Rui Alexandre da Ressurreição Gabriel substituído por Mário Jorge Damião Ruas, respetivamente. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Renato Faleiro Silva faltou à sessão. \_\_\_\_\_

----Efetuada a chamada e tendo constatado que haviam vinte e seis presenças, o Presidente da Assembleia referiu que ia começar por colocar à discussão e votação a ata número cinco referente à sessão extraordinária realizada no dia dezanove do mês de novembro anterior. Passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires referindo-se às atas, e porque considerava que aquela intervenção nunca tinha sido feita, disse que pretendia realçar a qualidade das mesmas pois pensava que as atas daquela Assembleia Municipal tinham muita qualidade, eram bem escritas e reproduziam exatamente o que ali se passava, o que considerava de elevado grau de dificuldade até porque contribuía para a melhoria das

intervenções visto a comunicação oral ser mais propensa a alguns erros aparecendo contudo, escrito corretamente. Gostava, aproveitando o espírito de Natal, de assinalar que, de facto, as atas eram muito bem elaboradas. Naturalmente que aquela intervenção também constaria em ata. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se mais alguns dos presentes pretendiam intervir sobre a ata, o que não se verificando, colocou a mesma a votação. \_\_\_\_\_

----A ata foi aprovada com vinte e três votos a favor e três abstenções. \_\_\_\_\_

----Os membros Jorge Francisco Silva e Marcelino António Justo Teixeira entraram na sala às vinte e uma horas e quinze minutos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que entre as sessões da Assembleia tinham ocorrido duas reuniões de Comissões, sendo que uma delas tinha sido a reunião do Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde III – ACES Sotavento, onde o Membro Alberto Carmo tinha estado presente e a quem pedia que fizesse um brevíssimo resumo do que lá se tinha passado. \_\_\_\_\_

----O Membro Alberto Carmo referiu que o ACES Sotavento Algarvio tinha reunido no dia vinte e sete de junho e naquele mesmo dia, em Alcoutim, para discutirem determinadas situações. \_\_\_\_\_

----Na primeira reunião tinha sido apresentado um plano de desempenho que não iria enumerar exaustivamente pois tratavam-se de muitos artigos técnicos. \_\_\_\_\_

----O plano tinha sido aprovado pelos presentes e dele realçava a missão, a visão e os valores defendidos pelo ACES Sotavento Algarvio e que assentava em quatro eixos fundamentais focados na acessibilidade das pessoas aos Centros de Saúde ou à Saúde, na consolidação e na promoção das boas práticas de saúde e ainda numa gestão eficiente dos recursos tendo como objetivo procurar envolver a comunidade através de estratégias diversas. \_\_\_\_\_

----Aquele plano de desempenho tinha sido discutido por todos na reunião de junho quando tinham sido dados alguns contributos, tendo o mesmo sido aprovado e colocado em execução. \_\_\_\_\_

----A reunião daquele mesmo dia, realizada em Alcoutim, podia ser considerada uma reunião pró-forma para cumprimento de calendário onde tinham efetuado a avaliação de alguns indicadores de desempenho da saúde no Algarve ao longo do ano. \_\_\_\_\_

----Em ambas as reuniões tinha estado presente o Dr. Jorge Salvado, Diretor Clínico do HDF - Hospital Distrital de Faro que tinha realçado a disponibilidade para articular com os Centros de Saúde a forma de incrementar a qualidade e não a quantidade. Tinha realçado, e podia afirmar que a partir de janeiro iria funcionar um novo sistema de urgências no HDF e que, de facto, todo o processo poderia ser articulado de modo mais construtivo entre o HDF e os Centros de Saúde do Sotavento e do Barlavento. \_\_\_\_\_

----Tinham sido pois, aquelas as mensagens fundamentais que tinha para transmitir à Assembleia e que sendo o plano de desempenho entregue ao seu Presidente estaria disponível para ser consultado pelos

membros se assim o entendessem. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia realçou que, naquele intervalo de tempo, também se tinha realizado a reunião da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens aonde tinham estado presentes os membros Vítor Faleiro, José Godinho Correia e Sílvia Soares. Indagou se algum dos membros pretendia pronunciar-se. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Godinho Correia referiu que a questão mais importante decidida na reunião da CPCJ, para além dos processos que eram sempre bem acompanhados, tinha sido o facto dos membros da Assembleia Municipal e todos os outros, terem sido convidados a terem um suplente efetivo que permitisse a substituição nas suas impossibilidades para que o substituto pudesse ter conhecimento do desenvolvimento normal dos processos, dos acontecimentos. Tinha sido pois, aquela a principal decisão, pelo que, referindo-se especificamente aos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, tinham decidido que cada qual deveria ter o seu processo entregue individualmente ao seu substituto, questão que seria concertada com a Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que para o período antes da Ordem do Dia tinha chegado à mesa uma Moção apresentada pela bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária cujo documento, pelo menos, todos os líderes de bancada já possuíam, pelo que, iria colocar à consideração da Assembleia a sua aceitação, discussão e votação. \_\_\_\_\_

----Tendo sido aceite por unanimidade, passavam à sua discussão para o que cedia a palavra à autora da Moção. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos disse que se tratava de uma Moção para adicionar às muitas que já tinham sido apresentadas sobre a questão da Via do Infante, cuja situação se vinha mantendo ao longo do ano com prejuízos para a população do Algarve, com inconvenientes tanto a nível do turismo como da economia. A apresentação daquela Moção destinava-se sobretudo, a demonstrar que a Assembleia Municipal de Tavira se solidarizava com as lutas que estavam a ser levadas a cabo por todo o Algarve e a tornar público o protesto com o envio da Moção às Entidades Oficiais, constituindo assim mais uma manifestação de protesto relativamente àquela situação. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires referiu que concordava com o teor da moção que considerava contida, contrariamente a algumas moções que a CDU apresentava, com uma linguagem para ser aprovada e contendo o balanço desde a introdução das portagens. Parecia-lhe que os benefícios do ponto de vista financeiro decorrentes da introdução daquelas portagens eram francamente inferiores aos prejuízos, desde logo, porque o trânsito tinha diminuído drasticamente, pelo que, as receitas exetáveis quando da sua introdução não se tinham verificado nem a cinquenta por cento, sendo bastante evidentes os prejuízos para a economia regional, razão porque iriam votar favoravelmente a Moção. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se haviam mais intervenções sobre a Moção, que não se verificando colocou à votação a Moção apresentada pela CDU. \_\_\_\_\_

----A Moção foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires questionou se ainda estavam no período antes da Ordem do Dia, ao que o Presidente da Assembleia respondeu afirmativamente. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia referiu que gostava de perguntar ao Presidente da Assembleia se não deveriam de proceder à votação dos substitutos dos membros da Assembleia na CPCJ, ou se eventualmente, essa questão ficaria para outra Assembleia. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que aquela questão constituiria um ponto da Ordem de Trabalhos da reunião seguinte. Indagou se haviam mais assuntos para o período antes da Ordem do Dia e passou a palavra ao Membro Carlos Baptista. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Baptista referiu que apenas queria dizer que eles, os independentes, grupo de cidadãos eleitores, partilhavam do sentimento dos que entendiam que aquele era um dia muito triste para as freguesias dado ter sido votada a extinção de algumas, pelo que, gostaria de fazer alguns considerandos sobre a matéria. \_\_\_\_\_

----Era do conhecimento geral que eram as freguesias, enquanto órgão político, que faziam todo o trabalho de proximidade, dizendo-se inclusivamente que estas representavam os olhos, os ouvidos e a voz das populações. Os Presidentes de Junta e respetivos Executivos eram as pessoas que estavam no terreno, quem os cidadãos conheciam e que contactavam nas mais diversas situações. Para que tal pudesse acontecer e esse trabalho pudesse ser desempenhado, os territórios não podiam ser excessivamente extensos, questão que não estava contemplada na nova Lei e cuja falta de critérios racionais, tinha determinado que alguns dos territórios ora formados tornassem aquela prática impossível. \_\_\_\_\_

----Interrogava-se como era possível um Presidente de Junta, considerando que era alguém que de um modo geral tinha a sua atividade profissional exercendo em simultâneo as funções na Junta, poderia estar no terreno numa Junta aglomerada de Santiago e Santa Maria. \_\_\_\_\_

----Questionava-se como seria possível, citando como exemplo uma Junta de Freguesia que tinha sido criada na zona de Alcácer do Sal, que com a aglomeração ficava num território superior à Região Autónoma da Madeira, executar aquele trabalho. Assim, entendia que muitos daqueles casos iriam transformar o Presidente de Junta numa pessoa de gabinete e não de terreno, razão do seu protesto e indignação perante a questão da aglomeração de freguesias. \_\_\_\_\_

----Considerava que era daquele modo que a questão tinha que ser analisada pois, deveria ser

compreendido qual era, efetivamente, o trabalho das Juntas de Freguesia junto às populações existindo um critério racional, caso contrário, entendia que todos, em consciência e sem obrigações políticas, tinham que discordar daquela reforma administrativa, não a reforma administrativa em si mas como estava a ser efetuada. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Baptista acrescentou ainda que tinha assistido a uma conferência onde um orador espanhol, catedrático, que se subentendia dominar aquela matéria a nível europeu, tinha referido que o método português era o que melhor funcionava até ao nível das comunidades, das populações que escolhiam os seus representantes, seguido do Inglês. Assim, pretendia-se acabar com algo que funcionava bem, que estava provado não ser por razões económicas dado não conduzir a qualquer poupança, pelo que, considerava que estavam a regredir. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires referiu que quando tinha perguntado se ainda estavam no período antes da Ordem do Dia era precisamente devido à intenção de se referir ao tema da extinção de freguesias. Queria, portanto, corroborar as palavras do colega Carlos Baptista relativamente às Juntas de Freguesia, concordando que se tratava de um processo irracional de extinção de freguesias que tinha, naquele mesmo dia, sido votado no Parlamento e aprovado por maioria com os votos do PSD – Partido Social Democrata e do CDS - Partido Popular, não obstante a proposta, chumbada, apresentada pelo PCP – Partido Comunista Português para que as duzentas e cinquenta propostas fossem votadas individualmente. \_\_\_\_\_

----Considerava que a irracionalidade demonstrada era de tal forma grande que se tinha perdido a oportunidade para fazer uma organização administrativa racional e assente. Quando na Assembleia anterior tinham falado daquele assunto, tinha utilizado ali alguns argumentos que podia agora concretizar. Citando dois exemplos, e após a votação daquele dia, Chaves e Vila Verde que em termos de área correspondiam a um terço da área territorial do Concelho de Tavira, tinham ficado, cada um deles, com cerca de quarenta freguesias. Indagava pois, qual seria a racionalidade naquele critério até porque, para além da área, pouco mais população tinham do que Tavira e iriam ficar com quarenta freguesias por ser aquele o número que consideravam adequado para gerir aquela população, aquele território, ao contrário de Tavira que ficava apenas com seis freguesias para gerir um território três vezes maior e com sensivelmente a mesma população. \_\_\_\_\_

----Acrescentava ainda que, se no início do mandato tivessem aprovado a duplicação das freguesias, tendo em vez de nove, dezoito, com a atual reforma ficariam com menos quatro, sendo que o total de catorze seria considerado como tendo a dimensão adequada. Aquele argumento patenteava claramente a falta de racionalidade do processo. \_\_\_\_\_

----Para concluir, disse que considerava que aquela reforma tinha sido efetuada “*pelos pés*”, como se costumava dizer, não querendo desprestigiar aqueles cuja profissão era desempenhada com os pés, os futebolistas por exemplo, mas, considerava lamentável ter-se desperdiçado a oportunidade para encetar uma discussão séria, profunda, pois a forma como a questão estava a ser conduzida não tinha qualquer lógica, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista político ou económico, contudo veriam se ainda haveria algum impedimento ou alguma possibilidade de inconstitucionalidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Vitorino. \_\_\_\_\_

----O Membro José Vitorino referiu que primeiramente queria subscrever toda a intervenção do seu colega Carlos Baptista pois considerava que aquela situação era um atentado à democracia, ao poder local e no caso específico às Juntas de Freguesia que eram, naturalmente, o motor do desenvolvimento do país. Já ali tinham sido ditas muitas coisa sobre o assunto e ele sentia-se muito triste também pelo facto de noventa e cinco por cento dos Autarcas das Freguesias do país trabalharem gratuitamente para o Estado, não sendo esse facto levado em consideração pelo Dr. Miguel Relvas, que era quem comandava todos aqueles destinos, porém, fazia votos para que dentro de quatro anos tudo se invertesse. \_\_\_\_\_

----Não seria candidato a qualquer Junta de Freguesia, todavia entristecia-se com a situação. Tinha estado presente em tudo o que lhe era possível e parecia-lhe que as pessoas estavam surdas e mudas, que tinham uma régua e um caminho, que apenas olhavam em frente não se interessando pelo que estava à sua volta, sendo que daquele modo, era muito difícil dialogar e entender aqueles critérios e formas de trabalhar, perante um país inteiro contra e, os que não estavam contra eram os que, naturalmente, tinham que votar a favor por pertencerem a determinados partidos políticos não podendo, por isso, ter posição contrária. Aquilo era o que realmente acontecia porque nem os Deputados do Algarve, da cidade tinham defendido os seus interesses. \_\_\_\_\_

----O Membro José Vitorino concluiu, referindo que já tinha tido oportunidade de dizer na última Assembleia Municipal que lamentava que naquela Assembleia não tivesse havido unanimidade no voto contra aquela reforma e extinção de freguesias do Concelho. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando que não existiam mais inscrições para o período antes da Ordem de Trabalhos, referiu que a mesma era composta por dez pontos aos quais tinha sido aditado um ponto. Iriam começar pela apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção desejando votos de um bom Natal. \_\_\_\_\_

----Referiu que, primeiramente, pretendia solidarizar-se com a posição assumida pelos membros Carlos Baptista, Brandão Pires e José Vitorino pois considerava que aquele era um dia triste para Tavira que

tinha perdido três Juntas de Freguesia que muitos tinham lutado para ter. Não podiam ter fraca memória porque sobre eles pesava aquilo que era ser Tavira, a sua história, pois todos tinham um passado histórico e embora pudessem dizer que as circunstâncias mudavam, na sua opinião, mudariam para muito melhor se tivessem extinguido os institutos, diminuído a frota automóvel, cortado com as mordomias e determinados gastos que todos diariamente na televisão e de que tanto se falava quando se estava na oposição, não se referindo presentemente a eles. Veriam o que o futuro iria trazer mas também ele não queria perder qualquer freguesia e a sua posição era por todos conhecida não referindo um dia uma coisa e noutro, outra. Tinha que dizer que se recordava que em tempo de eleições os Presidentes de Junta eram todos considerados uns heróis mas que no presente ao serem extintas as freguesias, já nem se pronunciavam. Contudo, continuava a referir o mesmo, que os Presidentes de Junta continuavam a ser uns heróis porque representavam a porta da rua, o primeiro chamamento para auxiliar muitos que por vezes a quem recorriam, a meio da noite, era ao Presidente da Junta, pelo que, deixava o seu registo de solidariedade para com eles. \_\_\_\_\_

----Passando à atividade municipal informou que o que iria apresentar eram algumas notas referentes a algumas linhas de atuação verificadas nos últimos tempos e que se consistiam num conjunto de eventos já tradicionais reportados desde o mês de setembro anterior. \_\_\_\_\_

----Iniciou com a Semana da Juventude que, como os membros sabiam, tinha passado a realizar-se no início do ano letivo ao invés do mês de abril como ocorria anteriormente. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao Orçamento Participativo referiu que tinha constituído três semanas intensas e sobre o que pretendia cumprimentar e agradecer a todos os Presidentes de Junta pela abertura e presença nas sessões. Tinha-se realizado quinze sessões com a participação de cerca de quinhentas pessoas e recebido cerca de quinhentos inquéritos. Os resultados apurados eram públicos e estavam na página Web do Município tendo alguns dos resultados já sido vertidos no Orçamento que integrava a Ordem do Dia daquela sessão. A aposta principal da população de Tavira tinha recaído, essencialmente, sobre três vetores, a educação, a acção social e os equipamentos. Eram pois, aqueles três vetores que constituíam as grandes preocupações da população de Tavira e que, de alguma forma, eram também a linha que o Executivo tinha vindo a seguir ao longo dos últimos três anos. \_\_\_\_\_

----Passando ao Programa Férias Ativas, referiu que os jovens que tinham participado na abertura das Igrejas, no Verão em Tavira, tinham recebido a compensação imediatamente no final do programa, facto que faziam questão. Indicou uma fotografia do Executivo com os jovens para simbolizar o ato. \_\_\_\_

----Mostrou um diapositivo do Dia Mundial do Turismo que se tinha realizado em vinte e sete de setembro. \_\_\_\_\_

----O lançamento do livro de Diogo Tavares de Ataíde. \_\_\_\_\_

----Mencionou a exposição “*Manimae – Os dias radiantes*” que ainda se encontrava patente no Museu Municipal para cuja visita estavam, obviamente, todos convidados. \_\_\_\_\_

----Aludiu a Feira de São Francisco que mais uma vez se tinha realizado no Parque de Feiras e Exposições. \_\_\_\_\_

----Referiu-se à Sessão Solene Comemorativa da República que tinha decorrido naquela mesma sala e onde tinham estado presentes o Dr. Tomás Vasques e o Prof. Rosa Mendes. \_\_\_\_\_

----Indicou que, com a participação de muitos dos membros, tinham realizado um roteiro autárquico pelas zonas afetadas pelos incêndios. No início tinham-se verificado algumas intervenções, nomeadamente do Comandante Miguel Silva. \_\_\_\_\_

----Mostrou fotografias de um conjunto de visitas efetuadas às escolas para simbolizar o início do ano letivo. \_\_\_\_\_

----Seguidamente, o Presidente da Câmara, referiu-se a um momento que considerava muito interessante e que se tratava da transmissão televisiva, com a Ministra da Agricultura, da apresentação do programa da Dieta Mediterrânica e que coincidira com o apoio público por parte do Governo à candidatura de Tavira. \_\_\_\_\_

----Referiu a visita do Senhor Bispo em Visita Pastoral a uma parte do Concelho, sendo que a segunda parte da visita tinha terminado na semana anterior, mais propriamente no domingo, com a visita às freguesias localizadas a poente. \_\_\_\_\_

----Mostrou fotografia da visita do Senhor Bispo ao novo Lar de Santa Maria localizado na Pegada. \_\_\_\_\_

----Informou que estava aberta uma exposição itinerante, cujo título era “*Mértola, o último porto do Mediterrâneo*” patente no segundo piso do Museu Islâmico. \_\_\_\_\_

----Tinham realizado uma atividade na qual tinha tido muito gosto em participar e que se tratou de uma campanha de reflorestação na Mata da Conceição com a participação dos jovens da Fundação Irene Rolo. \_\_\_\_\_

----No âmbito do ciclo de conferências do Ativar Tavira tinha ocorrido, naquela mesma sala, mais uma conferência subordinada ao tema “*Tavira, Cidade do Futuro*” nomeadamente na área da economia e financiamento a projetos económicos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou a apresentação com a informação de que Tavira tinha recebido, em Cascais, a bandeira ECO XXI onde o Vereador José Manuel Guerreiro tinha estado presente. \_\_\_\_\_

----Referindo-se à iniciativa patente no Mercado da Ribeira, a nona edição do concurso “*O meu Natal é ecológico*”, considerava-a de elevada criatividade e muito interessante. \_\_\_\_\_

----Tinham decorrido os estágios da Seleção Nacional de Andebol que tinha jogado em Espanha tendo estagiado três dias em Tavira, e o de Karaté da Zona Sul que também se tinha realizado no Pavilhão

Municipal. \_\_\_\_\_

----Passando ao capítulo das obras e urbanismo referiu que os diapositivos que se seguiam se tratavam de um conjunto de iniciativas, como a curva de Vale Murta que já se encontrava concluída, a empreitada da Horta do Carmo que brevemente iriam visitar e que já se encontrava bastante avançada estando prevista a sua conclusão entre os meses de abril e maio. Seguramente que a obra iria ser inaugurada em setembro no início do ano letivo. \_\_\_\_\_

----Quanto à obra da Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo continuava a prosseguir a bom ritmo, pelo que brevemente, informaria a Assembleia de que esta seria destapada ao público podendo assim ver-se do exterior. \_\_\_\_\_

----Quanto ao Parque Verde do Séqua cuja repartição de encargos de mil euros para o corrente ano e o restante para o ano seguinte, constava na Ordem de Trabalhos daquela sessão, e seria para permitir a adjudicação da obra porque apenas presentemente existiam fundos disponíveis, o que até àquele momento não tinha acontecido. \_\_\_\_\_

----O arranjo da travessia Conceição / Cabanas tinha sido candidatado ao PO Regional há três dias atrás. Esperavam que a candidatura fosse aprovada estando pois a aguardar a decisão. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao Fojo pensava que o contrato já estava assinado, pelo que, a obra iniciar-se-ia nos dias seguintes. Como os membros sabiam, tratava-se de uma das estradas que, tal como Vale Murta, tinha abatido na mesma altura em que o mesmo acontecera com três ou quatro estradas mas que estavam a tentar recuperar todas pois já tinham condições para tal. \_\_\_\_\_

----Quanto às catacumbas do Cemitério de Santo Estêvão o processo encontrava-se ainda em procedimento. \_\_\_\_\_

----Há dois dias atrás tinha aberto o concurso para a empreitada de reparação da Estrada Municipal 397 que seria reparada nos troços mais desgastados uma vez que não dispunham de verba para executar a reparação de toda a estrada. A verba para a obra, como os membros tinham conhecimento, provinha do que tinha restado do conserto da estrada de Vale Murta resultante da indemnização que a REN – Rede Elétrica Nacional tinha pago. Tratavam-se de duzentos e oitenta mil euros que iriam ser todos gastos na pavimentação parcial de alguns troços, especialmente os mais degradados. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou mostrando uma coletânea de obras executadas por administração direta, pois não dispendo de verba para lançar novas obras, os funcionários da Câmara iam procedendo a algumas reparações. Ia pois, mostrar algumas fotografias elucidativas dessas obras para ficarem anexadas à documentação. Aquelas múltiplas intervenções contribuía bastante para a melhoria das condições de vida das populações e de alguns edifícios e tinham-se verificado em alguns parques, jardins, estradas, habitação social, entre outros. \_\_\_\_\_

----Presentemente iam receber mais onze colaboradores provenientes do Centro de Emprego que iriam proceder a um conjunto de pinturas no Mercado Municipal, ponte e, seguramente, numa ou outra fachada de Igrejas. Para tal, já tinham adquirido a tinta e com os colaboradores existente e os que tinham solicitado iriam proceder a um conjunto de intervenções por administração direta possibilitando a manutenção de alguns locais, bem como, proporcionando alguma ocupação a algumas pessoas que, infelizmente, se encontravam desempregadas pois, como sabiam, muitos dos ligados à construção civil estavam atualmente desempregados, pelo que, daquela forma estariam minimamente ocupados e nesse capitulo a Câmara também tinha uma função social. \_\_\_\_\_

----Para terminar a apresentação passava a alguns protocolos que tinham sido assinados, como era o caso do Algarve Central e instalações da Santa Casa da Misericórdia que tinha sido aprovado em Sessão de Câmara de alguns dias atrás. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que pretendia ainda informar que, naquele mesmo dia, tinha sido criada a Associação Cittaslow Portugal que era constituída pelos Municípios de Lagos, Tavira, Silves e São Brás de Alportel cuja deliberação já tendo alguns anos, tendo ali sido deliberada no ano de dois mil e onze, apenas presentemente tinha sido formalmente constituída. A Presidência ficaria com a Câmara Municipal de São Brás de Alportel sendo a Vice-Presidência da Câmara Municipal de Tavira. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e questionou os presentes se tinham alguma questão sobre a informação do Presidente da Câmara. Passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia referiu que apenas queria relembrar os presente sobre um evento que não constava na apresentação mas que lhe aprazia muito verificar que naquele mesmo salão, que era nobre pois era ocupado pelos Deputados do povo e pelo Executivo, estava exposto e disponível para usufruto de todos, uma coletânea de arte de uma ou várias Associações de pessoas diferentes, sendo que lhe agradava imenso verificar que a cultura continuava aberta nos locais mais nobres e mais surpreendentes do ponto de vista da otimização dos recursos. Por isso, queria parabenizar o Executivo, bem como, quem tinha gerido aquele espaço. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara mencionou que, por lapso, não tinha referido uma obra que considerava muito importante e que não se tratava de uma obra da Câmara, razão pela qual não integrava a apresentação. Tratava-se de uma obra do IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e consistia na colocação de guardas metálicas ou gradeamento na margem esquerda do rio, na Rua Jacques Pessoa. Certamente que todos, desde há muito, se tinham interrogado porque razão aquela parte do rio nunca tinha tido aquelas guardas, especialmente a partir da década de noventa quando a ponte metálica ali tinha sido instalada, pois os barcos tinham deixado de circular até ali não podendo atracar. Certamente que tinha sido uma falha, um lapso, ou um não assumir da despesa, contudo

presentemente estava reparado tendo ficado completo. Quem tinha custeado a obra tinha sido o IPTM a pedido da Câmara que tinha elaborado o projeto. \_\_\_\_\_

---O Membro Joaquim Messias mencionou que o gradeamento referido constituía uma antiga reivindicação dos munícipes e que deveria ser executado o seu prolongamento desde a ponte das forças armadas até à antiga doca da Junta Autónoma dos Portos onde, embora amarrassem dois ou três barcos, no futuro poderia ser efetuado o prolongamento do gradeamento, porquanto existiam ali muitos moradores e a existência de um mini jardim tornava a sua utilização aprazível especialmente para estrangeiros. Apesar de ser necessária uma barra naquele local, existiam umas escadas que constituíam a salvaguarda para os barcos ficarem ali presos, podendo toda a restante área ser gradeada como a que já estava e muito bem, pelo que, agradecia ao IPTM por aquela obra. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires referiu que certamente não poderia ser o IPTM a executa-la porque iria extinguir-se. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma intervenção que não se verificando, referiu que passariam ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 219/2012/CM, referente à determinação da taxa de derrama. Passou a palavra ao Presidente da Câmara para que explicasse. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara referiu que era com muito gosto que apresentava aquela proposta que já tinha sido aprovada em Sessão de Câmara e cujo intuito era o de acabar com a existência daquela taxa no Concelho. Tinha sido longo o caminho que tinham percorrido e desde que ele era Autarca que não se recordava de outra posição que tivesse tomado que não o fim daquela taxa no Concelho mas que, infelizmente, devido à crise verificada, tinham tido que o fazer de forma gradual, contudo, no ano seguinte, mesmo com todos os constrangimentos orçamentais, mesmo com todas as dificuldades de financiamento, iriam prescindir da aplicação da taxa da derrama sobre o lucro dos empresários de Tavira. Estavam, seguramente, a prescindir de um montante de cerca de cento e oitenta mil euros, ou talvez um pouco mais, mas tratava-se sobretudo, de um princípio, pelo que, a partir da decisão ali tomada a taxa seria eliminada no ano seguinte e ele, sinceramente, esperava que não a voltassem a tê-la no futuro. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem intervenções sobre aquela proposta, colocou a mesma a votação. \_\_\_\_\_

---A proposta foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções. \_\_\_\_\_

---Passando ao ponto número três sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 220/2012/CM, referente à taxa municipal de direitos de passagem passou a palavra ao Presidente da Câmara para alguma informação. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que praticamente todos os Municípios aplicavam a taxa máxima de zero vírgula vinte e cinco por cento. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires mencionou que já no ano anterior, na última vez que ali tinham falado daquela taxa municipal de direitos de passagem, tinha considerado que se tratava de uma taxa que era mais um imposto e que não fazia qualquer sentido, porém, era uma receita municipal. Considerava que não fazia sentido existir e resultava do facto de, no passado, muitas Câmaras terem metido processos em Tribunal, alguns deles até ao Supremo, que tinham ganho, tendo assim as empresas que as indemnizar pelo uso do solo ou subsolo dos Municípios. Aquelas empresas, como por exemplo as de telecomunicações, tinham decidido que quem iria suportar aquela taxa iria ser o consumidor final, o utente, que via os seus recibos aumentados em zero vírgula vinte e cinco por cento que representavam a taxa máxima. O utente pagava, sem qualquer protesto, uma taxa que não fazia muito sentido que fosse suportada por ele e não pela empresa, mas eram os lobbies a funcionar pois eram eles que tinham o poder, contudo a situação era que, de facto, todos os Municípios a aplicavam já que se tratava de uma importante receita municipal não fazendo, por isso, sentido não a aprovar, todavia a história era a que tinha referido. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia indagou se seria oportuno que o Presidente da Assembleia informasse sobre o ponto número dois da correspondência recebida que se referia exatamente a uma recomendação sobre os direitos de passagem. Interrogava se esta se tratava de alguma informação da Câmara de Lagos que pudesse ser importante para aquela discussão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia referiu que se tratava de uma proposta da Câmara Municipal de Lagos cujo conteúdo se assemelhava bastante ao que o Membro Brandão Pires tinha acabado de referir e que se resumia ao facto de não fazer muito sentido que fosse o consumidor a pagar. \_\_\_\_\_

----Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Para dar seguimento à Ordem de Trabalhos, passavam ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 221/2012/CM, referente à avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira. O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que aquele era um trabalho eminentemente técnico. Havia um conjunto de imobilizado que tinha sido avaliado pela comissão criada para o efeito e cujos valores seriam integrados no património municipal após deliberação que esperavam ser no sentido da aprovação. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 226/2012/CM, referente à E35/10/CP – Parque Verde do Rio Séqua – Relatório final e repartição de encargos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara afirmou que de alguma forma já tinha explicado aquela proposta. O que pretendiam era adjudicar aquela obra e para o fazerem tinham que efetuar a repartição de encargos que seria de mil euros para o ano corrente e quinhentos e quarenta e três mil euros para o ano seguinte. Já estava comprometido em orçamento, pelo que, esperavam que fosse ali aprovada para que, ainda no decurso do corrente ano, pudessem adjudicar a obra. \_\_\_\_\_

----Por não se verificarem questões, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e duas abstenções. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao ponto número seis da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 227/2012/CM, referente à atualização da tabela de taxas, mapa de pessoal e grandes opções do plano e orçamento, o Presidente da Assembleia informou que iriam efetuar três votações sendo uma referente à tabela de taxas, outra sobre o mapa de pessoal e outra referente às grandes opções do plano e orçamento. A proposta seria discutida na sua globalidade sendo depois votada ponto a ponto. Passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara reforçou que iria explicar a proposta em conjunto tal como tinha sido efetuado em Sessão de Câmara onde tinha sido deliberada por pontos. \_\_\_\_\_

----O primeiro ponto, que se referia à atualização da tabela de taxas esta estava relacionada com os valores do INE – Instituto Nacional de Estatística, calculados em três vírgula um no período de janeiro a outubro. Aquela tabela tinha sido sempre atualizada pelos valores do INE cujas projeções, para o ano seguinte, lhes mereciam total atenção. Assim, a linha que sempre tinham seguido era a de que a atualização da tabela de taxas fosse efetuada de acordo com o valor de referência da inflação indicado pelo INE. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao mapa de pessoal constituía um documento obrigatório e que na prática, repartia as pessoas pela sua orgânica. \_\_\_\_\_

----Quanto às grandes opções do plano, sabiam que iriam enfrentar seríssimas dificuldades no ano seguinte, que este se anunciava difícil, que seria ótimo que aquelas expectativas não se concretizassem, mas aparentemente iria ser muito difícil. Assim, o que vinham a proferir e que ouviam os comentadores e políticos dizer era que para o ano seguinte a carga de impostos iria ser bastante grande, que iria ser o ano do tudo ou nada, da inflação, das grandes medidas, da consolidação orçamental, do plano da Troika que entraria em fase final num ano em que também se estimava que a taxa de desemprego crescesse, sendo que, os últimos números indicavam uma taxa de dezasseis vírgula três por cento. Por todas

aquelas razões, o orçamento que tinham para apresentar era um orçamento que considerava que não podia ser mais realista, dado que, se os membros se lembravam, em outubro do ano de dois mil e nove, quando tinham iniciado funções, o orçamento era de cinquenta e oito milhões de euros para uma receita de vinte e nove milhões, tendo o atual Executivo, no primeiro orçamento que tinha apresentado retirado doze milhões, pois tinham passado para um orçamento de quarenta e seis milhões euros, contemplando uma receita de vinte e sete milhões euros. Depois, tinham baixado para quarenta e cinco milhões euros com uma receita idêntica e, no corrente ano, tinham um orçamento de trinta milhões, sem folgas orçamentais, ou seja, naquele orçamento não seria possível ir cabimentando obras para depois executá-las devido à inexistência de verba e também, porque o valor dos compromissos era praticamente o valor da verba recebida, pelo que, seguramente, ao longo de todos os anos de democracia aquele era dos orçamentos mais apertados, mais rigorosos, senão o mais realista possível. \_

----Se o orçamento proposto fosse cumprido, representaria que tinham dispendido toda a verba que a Câmara tinha recebido, o que constituía regra do Governo com o endividamento zero. Assim, se executassem aquele orçamento com toda a possibilidade de cabimentos que podiam efetuar, no limite do orçamento, chegariam ao fim do ano e, seguramente, o Município não estaria em pior situação financeira que a atual, encontrando-se pelo menos igual se nada fizessem porque, basicamente, não podiam comprometer mais despesa. Pretendeu dar aquela nota pois representava uma situação em que todas as Câmaras gostariam de estar, tendo um orçamento para o qual tinham que transitar os compromissos do próprio ano para se refletissem no ano seguinte, acrescido dos compromissos gerados no próprio ano e de um conjunto de cinco milhões e seiscentos mil euros para investir em obras municipais, conseguindo encaixar tudo num orçamento municipal no valor de trinta milhões e quinhentos mil euros, com uma perspetiva de receita média de vinte e sete milhões de euros conforme a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais os obrigava. Acrescentou, que os membros acreditassem, que não existiam muitas Câmaras com aqueles indicadores, pois eles próprios tinham levado três anos para os alcançarem porque se estavam recordados, o primeiro orçamento que tinham feito tinha resultado do facto de terem contabilizado o valor da despesa elaborando-o para a cobrir, o que não acontecia no momento atual pois tinham alcançado o ponto em que a tentavam controlar, estando a pagar as dividas do corrente ano a trinta dias que representava algo que já há muito não se verificava, tendo um milhão e duzentos mil euros para liquidar que não podiam pagar por estarem a aguardar o visto do Tribunal de Contas relativamente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local. \_\_\_\_\_

----Relativamente àquela questão, se já tivessem recebido a verba correspondente ao PAEL cujo contrato já tinha sido por si próprio assinado, no momento presente, a dívida da Câmara seria apenas a dívida compreendida entre o final do mês de novembro e aquele mesmo dia, o que era algo incomum

nas Câmaras e, seguramente, também não era muito comum na Câmara de Tavira. O desafio, mesmo para o ano que era de eleições autárquicas, porque aquele era o orçamento para as eleições autárquicas em que os candidatos e a gestão municipal pretendiam, seguramente, completar o trabalho a que se tinham comprometido para o quadriénio, não elaborando um orçamento irrealista, muito menos populista e muito menos com imensas obras daquelas que se prometiam, comprometiam e depois não se sabia se ficavam para outro executar. Tal situação não iria acontecer porque o orçamento não o permitia. Assim a linha seguida era a de tentar executar o que estava projetado e atender a situações de urgência como as existentes nas freguesias e na cidade. \_\_\_\_\_

----O orçamento ora apresentado, seguia uma forma de distribuição ligeiramente diferente por terem adotado outro modelo que não efetuava a elencagem exaustiva de todas as obras, até porque, já existia um conjunto de obras que estavam comprometidas com procedimentos efetuados, bem como, um conjunto de rubricas gerais que continham despesas gerais cuja afetação seria efetuada através de alterações ao orçamento. Se os membros verificassem, existia uma rubrica de apoios sociais com um valor de duzentos e cinquenta mil euros à qual tinham chamado plano de emergência social para o ano de dois mil e treze porque, basicamente, resultava da preocupação em suprir as necessidades básicas das famílias, e que o Município pudesse auxiliar a Segurança Social e Instituições de Solidariedade de modo a que ninguém passasse fome, tendo-se por isso, apetrechado de alguma liquidez. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou citando como exemplo uma rubrica genérica de quinhentos mil euros para pavimentações que abarcava algumas pavimentações nas freguesias não as identificando porque, em altura própria, iriam identificar quais as prioritárias e lançá-las para reparar por troços. \_\_\_\_\_

----O orçamento seguia três grandes linhas de prioridades, a coesão social, a dinamização turística e a requalificação e valorização do Concelho, pelo que, se permitia referir os protocolos assinados, os apoios sociais, as reparações de habitações sociais, a construção do Centro Escolar da Horta do Carmo que ainda representa um custo de cerca de seiscentos mil euros, o refeitório da escola de Cabanas que brevemente iria para concurso dado apenas faltar ultimar o programa, um conjunto de reparações nas escolas, as refeições gratuitas para as crianças carenciadas, os kits escolares compostos por todo o material escolar e que também se encontrava contemplado no orçamento por forma a ser aprovado a partir de setembro do ano seguinte e ainda, um conjunto de questões que estavam discriminadas. \_\_\_\_\_

----A área turística era muito tradicional, como os membros deviam calcular, com o Verão em Tavira, a Páscoa e as iniciativas onde eram bons e reconhecidos. Iam, pela quarta vez, realizar a Taça de Portugal de Andebol, pois tinham assinado um protocolo com a Federação Portuguesa de Andebol que queriam cumprir e, acrescentava que, particularmente por ser ano de eleições, todos pretenderem realizar aquele evento, o Presidente da Federação Portuguesa de Andebol tinha referido que o mesmo se

realizaria em Tavira onde já tinha acontecido nos últimos três anos. Pensava que se tratava de um evento importante que trazia muitas pessoas a Tavira que era uma terra de andebol e, por isso, pretendiam continuar naquela linha. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou chamando à atenção para um conjunto de obras, já mencionadas, e que estavam discriminadas na nota introdutória. Considerava que era importante manterem-se firmes não derivando para uma linha populista de que em ano de eleições tudo era possível pois, seguramente, iriam haver muitas linhas de conversação, típicas de ano de eleições, com as mais variadas interrogações sobre, porque é que algo não tinha sido feito, não estava feito, porque iriam fazer, mas, os membros podiam estar certos que por parte do Executivo não iria existir aquela linha populista porque, verdadeiramente, o compromisso que tinham era para com o cumprimento dos documentos aprovados por aquela Assembleia, que ali apresentavam, como era o caso daquele orçamento. Considerava ainda importante referir, que tinha sido o próprio Executivo a escolher aquela via do rigor, pois eram eles que apresentavam um orçamento de trinta milhões de euros. Podiam apresentar um orçamento de valor superior como se o dia seguinte não existisse pois, por vezes, em ano de eleições *“perdia-se a cabeça”*, sendo que aquele Executivo tinha escolhido um orçamento rigoroso, cumprível e tendo por base o endividamento zero já que considerava que a população de Tavira não pretendia contrair mais dívidas, querendo que pagassem as contas, pretendendo algumas intervenções urgentes mas que a Câmara não se endividasse mais do que o que estava. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que, sincera e independentemente de quem viesse a ser o sucessor, ou a equipa que governasse a Câmara no quadriénio seguinte, seria bom que não encontrasse tantas dívidas como as que eles tinham encontrado e resolvido naquele mandato. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia referiu que gostava de formular uma questão ao Executivo, sendo que pretendia saber se seria no ano de dois mil e treze que se encontraria dentro das prioridades possíveis, nomeadamente para a dinamização turística, a colocação de um equipamento que muita falta fazia à cidade de Tavira e que eram sanitários públicos, abertos vinte e quatro horas, especialmente junto à Praça de Táxis, que com um ou diversos equipamentos standard serviriam a população a qualquer hora, bem como, os profissionais que ali trabalhavam. Aquele assunto já tinha ali sido abordado há bastante tempo contudo, ele tinha realmente a dúvida se poderia ser contemplado em breve. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se existiam mais questões e passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que respondia de imediato à questão suscitada. Aquele equipamento

não estava contemplado no orçamento, contudo poderiam analisar porque razão tinha o anterior Presidente da Câmara retirado a instalação ali existente. Assim, tinham que analisar os fundamentos e qual tinha sido a razão dado que até a considerava uma instalação razoável. \_\_\_\_\_

----Informou que tinham outros planos para aquela Praça, pretendendo reabilitá-la, o que presentemente, não podiam fazer. \_\_\_\_\_

----Os sanitários já lá tinham estado instalados, pelo que teria que perceber a razão para terem sido retirados de modo a tomarem uma decisão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se existiam mais questões sobre aquele ponto que tinha sido tripartido. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires referiu que iria aproveitar a ocasião para enaltecer o orçamento. Considerava que este, como tinha dito o Presidente da Câmara, era bastante rigoroso. Noutras discussões também tinha realçado aquele aspeto de aproximação do orçamento à realidade das contas e considerava-o bastante bem elaborado, notando-se um *“toque feminino”*. \_\_\_\_\_

----De facto, opções eram opções e tinham que ocorrer, contudo verificava-se que o realismo tinha sido incutido no orçamento, refletindo algumas obras que lhe pareciam fundamentais, nomeadamente a ligação da Conceição a Cabanas que, de facto, havia muito que ali existia um grande estrangulamento de trânsito onde se viam os peões que saiam do comboio com as suas bagagens a percorrerem todo aquele caminho com imensa dificuldade devido à ausência de espaço a eles destinado. Sendo uma das questões que considerava mais importantes, verificava que estava em vias de resolução. \_\_\_\_\_

----Certamente que existiam outras e que tanto a Câmara como todos as gostariam de ver resolvidas, porém não havia verba disponível. Recordava-se da Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo que não constava no orçamento e que ali tinha sido alvo de várias intervenções, pelo que, também considerava importante lembrar as obras que não eram possíveis concretizar como outras que sendo da responsabilidade da Administração Central, a sua execução estava cada vez mais complicada estando, inclusivamente prometidas e quase em execução, mas que os tempos presentes não permitiam que se fizessem. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha referiu que considerava que a documentação deveria de estar excelente. Não se tinha debruçado ao pormenor contudo, o que mais lhe tinha captado a atenção tinha sido a atualização das taxas municipais, sendo, de resto, o que a mais preocupava já que não imaginava que existissem tantas taxas municipais, ficando com a sensação de que quase ou mesmo não se conseguia viver. Realmente não conhecia muitas daquelas taxas tendo, no entanto, ouvido sempre queixas de que Tavira era a Câmara que tinha as taxas municipais mais elevadas. Citava como exemplo o facto de um técnico, um engenheiro, ao se inscrever pela primeira vez ter que pagar um valor elevado, sendo que

anualmente, ao ter que renovar aquela taxa e de cada vez que apresentasse um projeto ter igualmente que pagar. No documento constava a renovação, sendo que, se a estavam a aceitar ou não, não sabia, mas o facto era que ela constava e partia do princípio que seria para cumprir. \_\_\_\_\_

----Na sua opinião, se o orçamento e plano eram para cumprir, em vez dos três por cento, provavelmente seriam necessários dez ou vinte por cento de aumento, contudo aquele aumento já lhe parecia muito elevado e sem qualquer justificação porquanto muitas pessoas iriam evitar por não conseguirem suportar, pois para tudo era preciso pagar e sendo que já tinha um custo elevado passaria a ser ainda mais, razão porque ficava realmente preocupada com aquela questão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que respondendo à última intervenção, quando tinham elaborado o orçamento, a sua atualização era efetuada com base na taxa de inflação conforme constante no regulamento. Quando os serviços técnicos estavam a elaborar o orçamento, no mês de setembro anterior, tinham-se baseado na taxa de inflação que era de três vírgula um por cento e cujo valor tinha sido apresentado em Sessão de Câmara. A taxa do INE que tinham saído no dia anterior, cujo valor se reportava a outubro, era de dois vírgula nove, pelo que, se previa que o ano terminasse com valores situados entre dois vírgula oito e dois vírgula nove, não havendo contudo, qualquer certeza, pelo que a taxa considerada tinha sido a de três vírgula um calculada num período de tempo cuja data estava indicada no regulamento, para base de cálculo. Todavia, tal como o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, caso diferente da derrama, não estavam distraídos querendo que a atividade económica se desenvolvesse, pelo que, estavam recetivos no que se referia à atualização das taxas. Assim, referia que quando passassem o ano e se realizasse a Assembleia Municipal veriam qual seria a perspetiva. \_\_\_\_\_

----Relativamente àquela questão podiam ter dois tipos de atuação ou, como tinham feito até ali, isentando parte de alguma atividade económica em determinado período, o que era possível e, citava como exemplo, o facto de no ano seguinte irem perder uma receita importante, a receita de publicidade, porque com o licenciamento zero existia um conjunto de licenças municipais que pura e simplesmente, como os membros sabiam, iriam desaparecer, mas tinham atuado no sentido de permitirem isenções em algumas parcelas dependendo da atividade, como tinha ocorrido para aquela época de final de ano em que tinham isentado as atividades de cafés, entre outras, que pretendessem realizar festas alusivas ao Natal e Fim de Ano. \_\_\_\_\_

----Aquela isenção estava enquadrada numa permissão genérica para aquele período de modo a potenciar alguma dinamização da baixa e outros locais, ou seja, pontualmente iriam adotando aquela política que representava a forma que tinham de trabalhar, e iriam verificando qual era a taxa e coeficiente aplicado e efetuando uma perspetiva, pois esta implicaria alterar o orçamento todo, sendo que obviamente, não seriam os três por cento da tabela de taxas que iriam equilibrá-lo, até porque se

considerassem cem taxas, as mais utilizadas eram trinta, contudo as outras tinham que existir para alguma eventualidade pois não podia existir um vazio na tabela de taxas. Aquela era a justificação do porquê daquele valor mas a postura que teriam no futuro seria a mesma que vinham tendo pois não pretendiam que uma taxa eliminasse uma atividade económica, muito pelo contrário, dado saberem que marginalmente, se a taxa fosse inibidora, a receita seria adiada, o que não pretendiam. \_\_\_\_\_

----Assim, estavam muito atentos àquela questão tendo-a considerado relativamente ao IMI, relativamente a algumas questões da tabela de taxas, como a questão suscitada pelo Membro Rui Horta relativamente ao uso do Inglês e relativamente à avaliação dos projetos que tinham sido revogados. \_\_\_\_

----Quanto ao que o Membro Brandão Pires tinha referido, obviamente que existiam projetos que não constavam porque tinham que encontrar as melhores prespetivas para os executarem, sendo esse o caso do projeto da Escola de Santa Catarina que o Membro tinha referido e bem, mas que só estava financiado em cento e trinta mil euros para um custo total de seiscentos e trinta, pelo que, tinham tido a necessidade de reformar toda aquela questão a fim de obterem um maior financiamento pois não era possível disporem dos quinhentos mil euros razão porque o tinham retirado dando lugar a outras prioridades para Santa Catarina que estavam integradas no global, nomeadamente, a pavimentação que como ele próprio tinha verificado há alguns dias atrás quando tinha efetuado um percurso por Santa Catarina, estava em bastante mau estado. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao *“toque feminino”* também considerava que sim, embora o orçamento fosse de todo o Executivo e lhe caber a ele efetuar a sua apresentação àquela Assembleia mas, obviamente que o mesmo tinha tido a coordenação da Vereadora Ana Paula que detinha aquele pelouro. \_\_\_\_\_

----O Membro Leonardo Martins disse que, como Presidente da Junta de Santa Catarina da Fonte do Bispo e, tendo-se ali falado da sua Freguesia, não podia deixar de fazer uma observação. \_\_\_\_\_

----Referiu que ao longo dos últimos oito anos, tinha votado favoravelmente todos os orçamentos que tinham sido apresentados naquela Assembleia, todavia, como já tinha referido ao Presidente da Câmara e à Vereadora Ana Paula, não iria votar a favor daquele pelas razões que tinham sido abordadas. Tinham votado repartições de encargos para a obra da escola transitar para o ano seguinte e, como se tinha apercebido, esta tinha sido uma das mais votadas no Orçamento Participativo, mas que tinha acabado por ficar fora do orçamento. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que a sua Freguesia carecia muitíssimo de pavimentações como aliás, considerava que acontecia em todas as outras e verificava que existiam quinhentos mil euros para beneficiações no Concelho. Acreditava que alguma daquela verba se destinasse a Santa Catarina mas, lamentava, que a Escola não se fizesse, pelo que, se iria abster relativamente ao orçamento em votação. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se haviam mais questões e passou a palavra à Membro Isabel

Santos. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos referiu que apenas gostaria de colocar uma questão e que era se tinha existido alguma proposta no sentido de abolir a taxa da derrama, ao que o Presidente da Assembleia respondeu que sim. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos mencionou que se a Câmara tinha apresentado aquela proposta, porque é que constava a receita da derrama no orçamento para o ano de dois mil e treze. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula explicou que o que as empresas iriam pagar era relativo aos lucros do ano de dois mil e doze, pelo que, só no ano de dois mil e catorze é que a receita seria igual a zero. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação dividida por pontos. O pronto número um referente à atualização da tabela de taxas foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor, dois votos contra e seis abstenções. \_\_\_\_\_

----O ponto número dois relativo ao mapa de pessoal foi aprovado por maioria de dezassete votos a favor e doze abstenções. \_\_\_\_\_

----O ponto número três referente às grandes opções do plano e orçamento foi aprovado por maioria de vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções. \_\_\_\_\_

----Dando seguimento à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 228/2012/CM, referente à Assunção de Compromissos Plurianuais – Final de 2012. Passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que aquela proposta se referia, basicamente, a uma autorização genérica para poderem comprometer compromissos plurianuais. Tratavam-se de pequenas questões mas que estavam relacionadas com a plurianualidade, nomeadamente, naquela época de final de ano em que tinham que registar do corrente para o ano seguinte, mas que mesmo tratando-se de pequenas questões a Lei obrigava a que fosse ali apresentada. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando que não existiam questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 231/2012/CM, referente às Despesas de Representação – Pessoal dirigente. \_\_\_\_\_

----Relativamente àquela proposta, o Presidente da Câmara referiu que na última Assembleia Municipal tinham aprovado a estrutura orgânica, ou seja, a composição das divisões, sendo que passariam a existir dez divisões que representavam uma redução substancial. Com aquela reestruturação tinham reduzido mais do que eram as orientações do Governo, extinguindo quatro departamentos e quatro divisões. \_\_\_\_\_

----A Lei permitia que os dirigentes pudessem ser abonados numa despesa fixa por serem chefes de divisão e sendo aquela uma opção que a Câmara tinha, obviamente que o seria sob deliberação da

Assembleia Municipal. Tinham entendido que era justo remunerar os chefes de divisão com despesas mensais de representação uma vez que também não lhes pagavam qualquer complemento, ajudas de custo. O valor das despesas de representação rondava os cento e setenta, cento e oitenta euros mensais que acresciam aos seus vencimentos e eram pagáveis em doze meses. \_\_\_\_\_

----Quando em setembro passado a Lei tinha sido publicada, tinham suspenso imediatamente o pagamento e tendo tido algumas dúvidas, tinha aguardado um esclarecimento por parte da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujo parecer tinha sido no sentido de que a partir da entrada em vigor da Lei, o valor não seria pago. Contudo, para reprimir a situação e serem justos para com aqueles que a partir de setembro tinham deixado de receber aquela verba, pediam à Assembleia que para além de aprovar o pagamento das despesas de representação aos dirigentes em exercício de funções no próximo ano, também autorizassem o pagamento do que tinham deixado de pagar, retroativamente, a partir de setembro. Obviamente que no âmbito do orçamento existia verba para pagar e ficando assim sem problemas, com tudo pago, tudo sanado de modo a que ninguém tivesse nada a referir. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma questão sobre o assunto. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha disse que entendia que todos ganhavam pouco e que quanto àquela questão ninguém tinha dúvidas, porém o que não tinha tanta facilidade em entender era o porquê de sendo as despesas em causa, despesas de representação e se o pessoal dirigente não estava sempre, ou melhor, representava o Município naturalmente por força de ocupar um cargo de chefia, sendo que esse cargo também exigia uma resposta em termos de honorários, entendia que se tratando de uma despesa de representação deveria apenas ser paga quando o dirigente saísse em representação da Entidade. Porém, a Lei facilitava que aquele valor fosse um complemento do salário. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que nas despesas de representação, a Lei previa que podia ou não ser abonado um valor fixo, tal como acontecia com o Presidente da Câmara, para não citar outro exemplo que não o seu próprio. Havia um vencimento de um determinado valor e um conjunto de despesas de representação, embora no seu caso não carecesse de aprovação da Assembleia, mas o princípio básico era o de que precisamente por representarem é que tinham direito a um pequeno complemento. A origem das despesas de representação era a de algumas despesas que eram efetuadas em exercício de funções, dado não haver lugar à apresentação de faturas em caso de, por exemplo, deslocação a outro local em que houvesse necessidade de almoçar fora ou, para um determinado tipo de vestuário, ou outro. Citando ainda como exemplo, quando tinha iniciado funções na Segurança Social os dirigentes efetuavam por conta das despesas de representação a compra de vestuário porque tinham que vestir bem, sendo essa considerada por eles uma despesa de representação e cujo montante

integral tinha tido que devolver. \_\_\_\_\_

----Em determinada altura, o Governo tinha decidido atribuir aos dirigentes a possibilidade, variável por escalões até a um determinado limite, de receberem despesas de representação. Não constituía uma novidade o facto da Câmara Municipal de Tavira pagar aquelas despesas aos diretores de departamento cujo valor se situava entre os duzentos e trezentos euros, bem como, aos chefes de divisão. Tinham acabado com os departamentos, pelo que, a despesa iria baixar, mas entendiam que era justo, naquele particular, continuar a atribuir despesas de representação sendo aquele um critério que seguiam dentro do rigor e das restrições que tinham que efetuar a todos, mas entendiam que, naquele caso concreto era justo, pelo que, ali submetiam a proposta. \_\_\_\_\_

----A lógica das despesas de representação não era apenas no caso do dirigente se deslocar para o exterior, já que, para tal existiam as ajudas de custo que não estavam a pagar a ninguém. Há cerca de um ano que tal acontecia, pelo que, sendo as despesas de representação um direito legal, serviriam para custear aquelas saídas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara concluiu informando que nenhum dos membros do Executivo tinha solicitado quaisquer ajudas de custo no decurso do corrente ano porque consideravam que o princípio deveria ser comum a todos, pelo que, era também seguindo aquela lógica, filosofia, que utilizando a possibilidade legal, efetuavam aquela proposta. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula acrescentou que a própria Lei dos Dirigentes da Administração Central previa que fossem pagas despesas de representação a todos os dirigentes, razão porque a Câmara as pagava anteriormente. Quando tinha saído a nova Lei dos Dirigentes para as Autarquias, a alteração residia no facto de prever que a autorização para o pagamento das mesmas tivesse que ser submetida à aprovação da Assembleia. Todavia, os outros dirigentes da função pública recebiam aquela verba por inerência do estatuto de dirigente, sendo que nas Autarquias, pelo último estatuto, para fazerem aquele pagamento tinham que o submeter à aprovação da Assembleia. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha referiu que considerava uma boa medida pois as despesas de representação poderiam ser um enorme encargo a adicionar aos salários e não se tratava de uma questão de representação direta e sim, de uma questão de complemento. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia referiu que supunha estarem todos esclarecidos e que ele também considerava que o nome estava mal aplicado, contudo não tinha sido ele que tinha elaborado a Lei. \_\_\_\_\_

----Colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e três votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 232/2012/CM, referente ao Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau,

relativamente à qual solicitou ao Presidente da Câmara que explicasse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que como ali tinha sido aprovada existia uma linha orgânica de dez divisões e uma estrutura orgânica de terceiro grau. Para que aquela estrutura orgânica pudesse ter eficácia tornava-se necessária a existência de um regulamento que disciplinasse a forma como o cargo seria provido, razão pela qual a Assembleia se tinha que pronunciar tanto sobre a forma de disciplinar a nomeação como o provimento do lugar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando não haverem questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Seguiu-se o ponto número dez com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 235/2012/CM, referente à Casa do Algarve – Revogação da adesão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que aquela, não sendo tanto uma questão de valor, era mais uma questão de princípio. A Casa do Algarve, localizada em Lisboa, cujo sócio mais novo tinha setenta anos, não comunicava com a Câmara Municipal, sendo que, a própria AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, a quem solicitavam verba, também já tinha deixado de os apoiar, tendo emitido uma orientação no sentido da Câmara Municipal também deixar de apoiar a Casa do Algarve. Tratava-se de um conjunto de pessoas que não conheciam, não visitavam Tavira, não comunicavam, sendo que a única comunicação que tinham recebido ia no sentido de solicitarem o pagamento da quota, tendo ainda informado que pretendiam mudar de instalações, pelo que, pediam a todas as Câmaras do Algarve que suportassem as despesas da mudança de instalações argumentando que o local onde estavam instalados, em Lisboa, não eram bom, pretendendo algo melhor. Obviamente que as Câmaras tinha negado o pedido. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara terminou dizendo, que os membros acreditassem, que não era pelo valor, mas porque a Casa do Algarve era-o apenas de nome tendo por isso, todas as Câmaras decidido revogar os protocolos com eles estabelecidos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia levantar alguma questão sobre a Casa do Algarve, o que não se verificou. \_\_\_\_\_

----Colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia referiu que iriam prosseguir a Ordem de Trabalhos com o ponto aditado referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 237/2012/CM, referente ao Novo Plano de Liquidação dos Pagamentos em atraso. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara informou que aquele documento estava relacionado com o facto de terem previsto algo que não dependia deles. Tinham aderido ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local que consistia num plano de assistência económica e financeira dos Municípios, ao que se tinham

candidatado, como os membros tinham conhecimento, tendo ele assinado um contrato no valor da dívida de um milhão e duzentos mil acrescida de mais uns montantes perfazendo um total de um milhão e setecentos e noventa e oito mil euros. O contrato tinha sido remetido ao Tribunal de Contas que tinha solicitado um conjunto de esclarecimentos que se encontravam, no momento, a aguardar validação por parte do ROC – Revisor Oficial de Contas da Câmara. A solicitação do Tribunal de Contas tinha ido além do que a DGAL - Direção Geral da Administração Local e a DGO – Direção Geral do Orçamento, tinham estabelecido, pois estavam a verificar todas as dívidas ao pormenor, verificando rubrica a rubrica. Era por aquela razão que tinham levantado as questões que tinham para responder e que originaria que o contrato que tinha sido assinado, tivesse que ser acertado no valor de seis mil euros pela existência de duas faturas que tinham sido mal relacionadas. \_\_\_\_\_

----Na prática, aquela situação originava o recebimento de menos verba do que aquela que tinha sido assinada com o Governo e que só esperavam receber em janeiro, o que obviamente, iria ter implicações em toda a programação das faturas a pagamento e repercutir-se-ia no plano de assunção de compromissos, na liquidez e fundos disponíveis e toda a cabimentação. Se tivessem que liquidar um milhão e duzentos mil euros de dívidas com o orçamento do ano seguinte, o orçamento real seria de trinta milhões e quinhentos mil euros deduzidos de um milhão e duzentos mil dado o valor já dever estar liquidado constituindo, teoricamente, a folga do orçamento caso existisse. Assim, ao orçamento que tinham votado, de trinta milhões de euros seria deduzido aquele valor que iria ser liquidado e imputado numa rubrica nele constante, pelo que, o verdadeiro orçamento para Tavira para o ano de dois mil e treze, seria de cerca de vinte e nove milhões de euros. \_\_\_\_\_

----Pelo exposto, o que propunham era que fosse aprovada uma reprogramação da liquidação de pagamentos, sob pena da Câmara parar, o que não pretendiam e, tendo já ali sido aprovado por unanimidade um primeiro documento daquele teor, solicitavam a aprovação daquela nova reprogramação que revogaria automaticamente o anterior documento. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula acrescentou que a diferença para o documento atual era que no documento anterior constavam pagamentos em janeiro tendo aqueles sido dilatados. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes começou por desejar boas festas a todos os presentes. Referiu que tinha uma dúvida quanto àquele plano de liquidação, que podia estar enganado, mas parecia-lhe que o anexo que tinham recebido junto à proposta era apenas uma listagem cronológica das dívidas e não, propriamente um plano. Não sabia se estava errado, mas parecia-lhe que, de facto, as dívidas eram apresentadas por ordem cronológica não indicando a sua ordem de pagamentos e, portanto, acreditava que não se tratava do plano, pelo que poderia, eventualmente, existir um plano a que ele não tivesse tido acesso. Tratava-se pois, de uma dúvida metodológica que tinha. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que, se analisassem ao detalhe, por exemplo, na linha seis e sete existia uma dívida a Daniel Alexandre de Sousa referindo que o ano de liquidação seria dois mil e treze e, na coluna do mês, referia o mês de abril. Assim, existia uma coluna com as rubricas seguida do identificador da dívida, do número fiscal de contribuinte, da descrição do material, do montante, do ano e mês de liquidação, sendo que queria dizer que iriam liquidar aquela dívida no mês de abril. Tratava-se pois, de um plano de liquidação cuja fatura podia ser liquidada em data anterior caso recebessem a verba do PAEL no mês de janeiro, ficando aquele plano antecipadamente cumprido. \_\_\_\_\_

----Para terminar, referiu que existiam dívidas para o ano de dois mil e treze e que muitas outras já se encontravam liquidadas porque, entretanto, tinham vindo a liquidá-las, sendo que aquele já diferia do plano anterior. Haviam pois, dívidas para diferentes meses, como abril, março, maio sendo, por isso, aquele documento um plano de liquidação. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula esclareceu ainda que aquele plano de liquidação não continha a dívida exata no atual momento, mas sim, a dívida que existia por altura em que tinha sido publicada a Lei dos Compromissos, no passado mês de fevereiro. No decurso do ano de dois mil e doze tinham sido feitos inúmeros pagamentos, pelo que, constava no plano o ano de dois mil e doze e o respetivo mês de liquidação, já que os montantes já tinham sido pagos. Apenas os que indicavam o ano de dois mil e treze é que estavam em dívida embora os outros também tivessem que constar porque a legislação referia que aquele plano tinha que ser efetuado com a dívida existente àquela data. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara elucidou ainda que aquele seria o documento que enviariam ao Tribunal de Contas e que tinha sido comunicado à DGAL e DGO dado que, presentemente, era tudo monitorizado tendo que ser introduzido informaticamente. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula acrescentou ainda que o problema relacionado com o Tribunal de Contas referia-se ao facto de, entretanto, terem sido liquidadas algumas dívidas pois era uma questão que não podia parar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara perguntou ao Membro Filipe Lopes se estava esclarecido tendo este respondido afirmativamente. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se existia mais alguma questão sobre aquele ponto e passou a palavra à Membro Elisabete Rocha. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha referiu que apenas pretendia um esclarecimento sobre se seria aquele plano de liquidação que iria suportar a aprovação do PAEL. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que o PAEL estava relacionado com uma dívida elegível no período de novembro do ano anterior. Existia pois, um período da dívida, sendo aquele o período elegível por conta da DGAL, contado noventa dias após a saída da Lei e cujo valor nesse período era de

um milhão e oitocentos mil euros. Quando se tinham candidatado ao PAEL, o valor já era de um milhão e duzentos mil euros porque tinham liquidado uma parte da dívida que constava no plano. As dívidas posteriores àquele período já não estavam contempladas tendo, inclusivamente, sido todas liquidadas, pois como já tinha referido, estavam a pagar a trinta dias estando a dívida do ano de dois mil e doze toda liquidada até novembro. Apenas aquele bloco estava por liquidar, o que não podiam fazer porque estava contratualizado um empréstimo com o Estado sendo que aquela verba iria para uma conta específica tendo, à posteriori, que ser efetuada a compensação dos valores por conta daquela conta que tinham tido que abrir e para a qual estavam a aguardar a transferência da verba. \_\_\_\_\_

----Porém, sendo a dívida do PAEL de um valor, já tinham liquidado o remanescente. O que estavam a fazer com aquele plano de liquidação era dizer que se propunham liquidar a verba em dívida quando recebessem o montante. Na prática, estavam a comprometer-se a liquidar algumas dívidas em janeiro, outras em fevereiro, outras em março, porém não queria dizer que quando recebessem a verba o fizessem, visto terem intenção de liquidá-la na totalidade porque, uma vez dispondo da verba, pretendiam liquidar tudo. No entanto, em termos de plano de liquidação, que se relacionava com os fundos disponíveis da Câmara, era conveniente efetuar um plano de amortização. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha questionou se sendo aquele plano que iria ser remetido ao Tribunal de Conta, o seria para apoiar a aprovação do PAEL. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que não, porque o plano que apoiava a aprovação do PAEL era o da DGAL. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula esclareceu que aquele plano continha uma dívida superior à constante no PAEL porque, como já tinha referido, aquela era a dívida desde o dia vinte e dois de fevereiro altura em que a legislação tinha saído. Tinham pago durante o ano de dois mil e doze uma parte da dívida do ano de dois mil e onze, entretanto, a determinada altura tinham tomado a decisão de aderirem ao PAEL, tinham efetuado as contas do que poderiam candidatar, começando a liquidar a dívida posterior, pelo que, só constava a dívida à data de vinte e dois de fevereiro, noventa dias, que nem toda coincidia exatamente com o PAEL porque as duas legislações que deveriam conter a mesma data, tal não acontecia constando numa, noventa dias a partir de vinte e dois de fevereiro e outra noventa dias a partir de trinta de março. Eram pois duas legislações diferentes. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara reforçou que o valor era de um milhão e duzentos mil euros. \_\_\_\_\_

----O Membro Vítor Faleiro referiu que no plano o valor em dívida às quatro primeira pessoas, como a Sociedade Polis, era superior ao PAEL. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara mencionou que a Sociedade Polis não constava no PAEL. \_\_\_\_\_

----O Membro Vítor Faleiro insistiu que os primeiros quatro fornecedores do plano consumiam toda a

verba do PAEL. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula explicou que o plano conduzia a alguma confusão, porém eram coisas algo diferentes que em algumas partes se tocavam. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que iam explicar como tinha sido efetuado até para que ficasse registado. Podiam ter-se candidatado a um milhão e oitocentos mil euros mas, como tinha sido demonstrado, existia de dívida a fornecedores, um milhão e duzentos mil euros pois tinham efetuado alguns pagamentos então, tinham acrescentado a dívida dos capitais da Sociedade Polis pois como tinham margem até um milhão e oitocentos mil, tinham enviado o documento com uma parte da dívida, que também tinham, do capital social da Sociedade Polis tendo esta sido contemplada em termos de contrato. Todavia, parecia que o Tribunal de Contas não concordava com aquela situação, pelo que, veriam se consideraria aquele valor elegível ou não. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha disse que por curiosidade gostaria de saber se o Tribunal de Contas também não tinha aprovado o de outras Câmaras do Algarve. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula esclareceu que Tavira tinha sido das primeiras a assinar pois outras Câmaras tinham tido problemas que nem lhes tinha permitido assinar o contrato. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara reforçou dizendo que tinham assinado no mesmo dia que Tavira, as Câmaras de Loulé, Lagos e Lagoa e, parecia-lhe que o Tribunal de Contas apenas não tinha questionado Loulé, sendo que para os restantes, os processos tinham tido que ser complementados, nomeadamente, com as datas dos vencimentos das faturas. O Tribunal de Contas queria saber a data de vencimento das faturas para verificar a sua elegibilidade. Tavira tinha um lapso de seis mil euros devido a uma fatura que tinha passado para dezembro e que não podia ter juros de mora, razão porque tinham tido que aditar aquele ponto à Ordem do Dia. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que o Tribunal de Contas estava a verificar linha a linha. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos referiu que não sabia qual seria a posição que iria tomar, mas depois da intervenção do Presidente da Câmara tinha ficado algo assustada com o que se estava a passar pois para as Câmaras aderirem ao PAEL, existiam certas obrigações, nomeadamente relativas ao IMI e ao IRS cuja taxa a aplicar tinha que ser a taxa máxima. As Câmaras tinham que tentar retirar a máxima receita dos impostos, das taxas, porque o PAEL tinha outras implicações, sendo que, quem geria a dívida e a pagava era a Direção Geral do Tesouro e portanto, a Câmara ao assumir entrar naquele programa tinha que prescindir de certas decisões mesmo a nível financeiro. Assim, tentar aderir ao PAEL para liquidar uma dívida de um milhão de euros, considerava que talvez não tivesse sido a opção mais vantajosa para o Município devido às implicações que tinha. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que o PAEL tinha dois programas e, se a Membro verificasse a Lei

constataria, que só o programa um é que estabelecia como obrigação que as taxas fossem cobradas no máximo. As Câmaras que tinham concorrido ao programa um tinham sido, Vila Real de Santo António, Faro, Albufeira e Portimão pois todas as outras tinham-se candidatado ao programa dois, mantendo, por isso, a autonomia. \_\_\_\_\_

----Assim, na prática, recorrer ao PAEL significava obter um empréstimo de um milhão e duzentos mil euros a uma taxa de três por cento, abaixo do juro bancário que estava a seis por cento, constituindo-se assim como uma forma de financiamento, a sete anos, com uma taxa de juro simpática. A amortização daquele empréstimo, mesmo em caso de violação das prestações semestrais, tinha uma sanção de apenas um acréscimo percentual e, em caso de não pagamento, a sanção era apenas a retenção por parte do Estado do valor da transferência do Fundo Geral Municipal. \_\_\_\_\_

----A amortização do valor de um milhão e oitocentos mil euros era semestral, com vencimento em maio num valor de cento e trinta mil euros e cujo plano tinha sido remetido associado ao documento. Assim, tinham uma prestação semestral de cento e trinta mil euros para um período de amortização de sete anos, sem qualquer outra sanção acessória, tanto mais que já ali tinham votado questões diretamente relacionadas com as receitas municipais e estavam perfeitamente à vontade para analisarem o mapa de afixação do IMI de, praticamente, todas as Câmaras que tinham concorrido ao PAEL. \_\_\_\_\_

----Concluiu reafirmando que apenas tinha obrigatoriedade de ter a taxa máxima quem tinha concorrido ao programa um. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos referiu que Tavira tinha a taxa máxima. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara informou que a decisão tinha sido revogada, tendo sido a nova taxa aprovada na Assembleia Municipal anterior. \_\_\_\_\_

----O Vereador Luís Nunes lembrou que a Membro Isabel Santos não tinha estado presente na Assembleia Municipal anterior. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que, no momento presente, a taxa era de zero vírgula quatro e zero vírgula sete. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se podia colocar a proposta a votação, que foi aprovada por maioria de vinte e três votos a favor e seis abstenções. \_\_\_\_\_

----Referiu que ia resumir as decisões das propostas daquela Assembleia com a leitura das minutas que foram aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que de acordo com o regulamento iria solicitar ao público que caso pretendesse intervir sobre qualquer assunto que não tivesse constado na Ordem de Trabalhos, fizesse o favor de se identificar. \_\_\_\_\_

----O Município Hélder Madeira referiu que queria aproveitar aquela oportunidade para agradecer em

seu nome, como empresário, e pensava que em nome de todos os empresários, a possibilidade de não terem que pagar a derrama. Fazia-o com muito agrado e pensava que aquele sentimento era partilhado por todos os empresários. \_\_\_\_\_

----Se lhe permitissem, queria fazer uma observação relativa aos sanitários. Pensava que não seria necessário efetuar um novo investimento em sanitários, bastando identificar com placas de sinalização, onde as pessoas se podiam dirigir, nomeadamente, ao antigo mercado que tinha sanitários e que tinha sido todo remodelado e, também ao mercado novo onde existiam sanitários, sendo que após a hora de fecho as pessoas já se encontravam acomodadas em suas casas ou hotéis. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que verificava que estava tudo em harmonia, sendo poucos os que estavam contra os trabalhos apresentados que, na sua opinião, se tratava de um bom trabalho aquele que estava a ser executado pela Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que queria agradecer o ano de trabalho que os membros lhes tinham proporcionado e que, seguramente, o ano seguinte iria ser duro mas ali estariam para trabalhar. \_\_\_\_\_

----Para terminar referiu que queria desejar a todos, em nome do Executivo, votos de um feliz Natal, boas festas, com a família e em tranquilidade, para se prepararem e ganharem alguma resistência para o ano que se avizinhava e, convidar todos os presentes para partilharem um pouco de bolo de modo a celebrarem assim o fim dos trabalhos daquele ano. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia mencionou que antes de dar por encerrada aquela sessão pretendia, obviamente, também ele desejar um bom Natal a todos e que o ano de dois mil e treze trouxesse tudo o que necessitassem para serem felizes. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_